

A PESQUISA: PERFIL DA REDE DLIS DO GRANDE BOM JARDIM

Anna Erika Rocha Faustino ¹, Maria Valdelia Carlos Chagas de Freitas ², Laudiano da Silva Martins ³, Eduardo Gomes Machado ⁴

RESUMO

A referente pesquisa é fruto do projeto “Campo do Planejamento Urbano, Democracia e Formação das Decisões em Cidades do Estado do Ceará (1997-2016)” que buscou discutir a formação das decisões no campo do planejamento urbano, destacando a região do Grande Bom Jardim, com o envolvimento de agentes como o Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa e a Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Trabalhamos com a pesquisa ação e a educação popular, tendo como objetivo gerar, identificar e analisar dados secundários e primários, quantitativos e qualitativos. Foi elaborado e aplicado um questionário em formato de entrevista semiestruturada às associações integrantes da Rede DLIS, com finalidade de caracterizar as entidades atuantes no território do Grande Bom Jardim. Acompanhamos as pautas e agendas dos movimentos sociais, discutindo e problematizando o campo do planejamento urbano. Espera-se que os resultados fortaleçam os movimentos populares em suas capacidades para participar das instâncias e processos de planejamento urbano, dos sistemas e políticas públicas urbanas e das dinâmicas de produção social do espaço urbano. E apoiem o fortalecimento da identidade, da história e da memória desses territórios.

Palavras-chave:

planejamento urbano. lutas sociais. educação popular. movimentos sociais. Rede DLIS do GBJ.

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Bolsista PIBIC-UNILAB, Discente, e-mail: erikaanna@hotmail.com

² Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Bolsista Voluntária PIBEAC, Discente, e-mail: valdelia@aluno.unilab.edu.br

³ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Bolsista PIBEAC, Discente, e-mail: laudianopjmp@gmail.com

⁴ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Docente, e-mail: eduardomachado@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido originou-se da inserção de agentes acadêmicos no território do Grande Bom Jardim por volta de 2003/2015, assumindo um caráter mais institucional a partir de 2017, através da parceria entre o grupo Diálogos Urbanos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), e a Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ).

O território do Grande Bom Jardim, situado na região sudoeste de Fortaleza, é formado pelos bairros Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira, estando entre os dez bairros econômica e financeiramente mais pobres, com maior vulnerabilidade social e precariedade urbana da grande Fortaleza. Nesse contexto, a Rede DLIS do GBJ é um conjunto de associações, lideranças e coletivos que lutam por diversas pautas dentro do território, estruturando-se organizacionalmente e vivenciando uma dinâmica cotidiana composta por lutas prioritárias, reuniões e encontros periódicos. A Rede surge “para elaborar e agenciar a implementação de uma política de desenvolvimento local sustentável, numa região com forte vocação associativa” (ALMEIDA, 2014, p. 22).

Anualmente é realizado um encontro de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA) – conhecido como Encontro – que avalia a atuação do ano anterior e redefine as agendas de lutas, as prioridades, a estruturação institucional, inclusas instâncias decisórias, e as formas de organização e luta no território e na cidade de Fortaleza, no âmbito da Rede. Durante o Encontro realizado em janeiro de 2017, definiu-se um Vetor de Ação denominado Cuidando de Nós, a partir de interpretações coletivamente geradas, indicando ações imediatas que pudessem ter continuidade em médio e longo prazo. Surge neste contexto a proposta de uma pesquisa-ação tendo como tema o perfil da Rede, entendida enquanto instrumento que: permitiria criar condições para caracterizar o perfil da Rede, entender a situação das entidades que a compõem, as características, fortalezas, fragilidades e desafios vivenciados; tendo como propósito de subsidiar os processos de planejamento, monitoramento e avaliação da Rede, particularmente o ENCONTRÃO de 2018; efetivando o Cuidando de Nós, constituindo situações, espaços e momentos de convivência entre os agentes da Rede, em um contexto de interpretação coletiva e de convivência que permitisse reaproximações e ressignificações dos horizontes de sentido partilhados; participando dos processos de ativação, resgate, difusão e partilha de patrimônios e memórias individuais, coletivas e institucionais; promovendo reaproximações entre as componentes da REDE, reativando processos de reconstituição de vínculos, contextos existenciais e identidades individuais, coletivas e institucionais.

METODOLOGIA

A pesquisa ação tem como objetivo “dar aos pesquisadores e grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob a forma de diretrizes de ação transformadora” (THIOLLENT, 1986, p. 8). Buscando “facilitar a busca de soluções aos problemas reais para os quais os procedimentos convencionais têm pouco contribuído”, “a partir de um diagnóstico da situação no qual os participantes tenham voz e vez” (THIOLLENT, 1986, p. 8). Trata-se, portanto, de “pesquisa voltada para a descrição de situações concretas e para a intervenção ou a ação orientada em função da resolução de problemas efetivamente detectados nas coletividades consideradas” (THIOLLENT, 1986, p. 9). Thiollent (1986) define a pesquisa-ação como

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 1986, p. 20).

Cabe sintetizar algumas características da pesquisa-ação: (I) os agentes que vivenciam as situações sociais e enfrentam os problemas, cotidianamente, tornam-se pesquisadores (as); (II) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada; (III) a investigação organiza-se em torno da concepção, do desenrolar e da avaliação de uma ação planejada; (IV) intenciona-se gerar,

difundir, se apropriar e operar novos conhecimentos; (V) trata-se de enfrentar os problemas e situações vivenciados de modo inovador; (VI) busca-se promover mudanças nas organizações sociais, nos saberes, práticas e identidades (THIOLLENT, 1986).

Ao mesmo tempo, a educação popular evidencia-se enquanto uma pedagogia da pesquisa, envolvendo apropriação de referências conceituais, investigação e produção, difusão e operação de novos conhecimentos. A educação popular assume como referência central possibilitar aos agentes sociais que passem das descrições e constatações sobre o mundo à explicação do mundo, à indicação das causas que fazem com que o mundo seja de tal forma e não de outra. Desta forma, não se trata de descrever “como as coisas são”, mas de tentar entender, para além das aparências imediatas, porque elas são dessa forma, e, mais do que isso, se podem e como podem ser diferentes (FREIRE, 1981).

Os dados foram gerados através (1) da elaboração, aplicação, sistematização e análise de questionário, que englobava questões objetivas e subjetivas; (2) visita político-técnica, com aplicação do questionário, realização de entrevistas individuais ou coletivas gravadas em áudio e fotografias; (3) análise documental.

As visitas às entidades foram feitas por membros da Comissão de articulação e da Unilab a partir do agendamento feito por cada entidade e ocorreram ao longo do mês de setembro, a pesquisa foi realizada de forma coletiva entre o grupo Diálogos Urbanos e a Rede DLIS do GBJ. As visitas foram de suma importância, para que os pesquisadores pudessem ter uma dimensão real das condições arquitetônicas e de trabalho das associações, entendendo quais as dificuldades e problemáticas envolvidas no cotidiano de cada entidade. Após a coleta de dados, foi iniciada a transcrição dos dados coletados, realizada a tabulação, sistematização e análise dos dados, e posteriormente a produção textual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Efetivou-se uma caracterização preliminar da Rede DLIS do GBJ, em que: (I) treze componentes são organizações que detêm caráter comunitário e/ou atuam junto a questões da terra e da moradia, assumindo o formato de associação comunitária, centro comunitário, conselho comunitário, união comunitária, comunidade e ocupação urbana; abrangem entidades mais tradicionais, como é o caso das associações comunitárias, e outras vinculadas ao sem-terra/sem-teto; (II) sete componentes têm caráter mais geral, à semelhança de organizações não governamentais ou movimentos sociais, assumindo o formato de centro, espaço, instituto, movimento ou organização, envolvendo parcela importante das entidades mais fortalecidas e dinâmicas; (III) quatro componentes detêm caráter religioso, envolvendo Mórmons, Espíritas Umbandistas e Católicos, inclusive comunidade eclesial de base; (IV) uma componente envolve entidade profissional, de Catadores de material reciclável; (V) quatro componentes têm outras características, sendo três com centralidade na cultura e na arte, inclusive sob o formato de Fórum, um centrado na mobilização, educação e articulação da juventude, e uma com caráter de mobilização popular.

A par dessa caracterização preliminar, cabe identificar a variedade de ações desenvolvidas pelas componentes da Rede: ações pautadas pela solidariedade, pelo caráter humanitário; ações que buscam distanciar segmentos, grupos, comunidades e famílias vulneráveis da criminalidade e da delinquência; ações culturais, esportivas e festivas; inclusive vinculadas às matrizes religiosas e culturais africanas e afrodescendentes; ações de acesso à arte e à cultura; ações de formação profissional; ações educacionais; ações de defesa da vida, dos direitos humanos, de proteção à criança, adolescência, idosos e outros segmentos vulneráveis; ações econômicas, de produção e comercialização de produtos; ações de luta e conscientização ambiental; ações articuladas a órgãos, sistemas e políticas públicas; ações em parceria com equipamentos de assistência social; ações de acompanhamento de menores de idade grávidas; ações vinculadas ao resgate, preservação e difusão das histórias e memórias do território e seus agentes; ações de mobilização e fortalecimento do protagonismo das juventudes.

Cabe indicar que em alguns casos os componentes desenvolvem várias dessas ações de modo conjugado, cabendo entender que a própria existência da Rede é um elemento que potencializa essa integração de

diversas ações. Algumas ações, evidenciando um nível mais complexo de organização e atuação político-técnica, assumem o caráter de controle social, de planejamento e desenvolvimento do território e de desenvolvimento interinstitucional da própria Rede, com implicações e/ou sentidos que cabe destacar: (I) põem em pauta outras concepções de Estado, de vida e de sociedade; (II) valorizam o protagonismo de agentes da sociedade civil, inclusos segmentos sociais específicos; (III) interpelam, demandam e efetuem o controle social, impactando gestores, órgãos, sistemas e políticas públicas; (IV) articulam-se em redes mais amplas de proteção social, de mobilização, organização e luta; (V) constituem saberes, práticas e metodologias singulares e inovadoras de intervenção social (por exemplo, abordagem sistêmica comunitária, terapia comunitária integrativa, desenvolvimento local integrado); (VI) constituem estruturas e formatos organizacionais inovadores, visando mobilização social, proporcionando espaços de interlocução, formação de decisões, reconstituição das disposições sociais e das referências identitárias; (VII) promovem a constituição de espaços de interlocução entre sociedade civil e política que funcionam como microesferas públicas - vide, por exemplo, os casos do centro cultural, das ZEIS e da segurança pública - no território; (VIII) salvaguardam, difundem, dinamizam e recriam saberes e práticas que perpassam o território, as entidades populares e os movimentos sociais, a exemplo das referências da educação popular; (IX) constituem uma ação política e tecnicamente fundamentada e uma cultura de enfrentamento às violências e violações de direitos, em múltiplas escalas e dimensões, buscando promover o acesso e usufruto de direitos fundamentais; (X) articulam agentes e ações ao território.

CONCLUSÕES

A REDE se constitui enquanto um formato organizativo com certo grau de formalidade e complexidade, que, buscando objetivos próprios e competindo com outros agentes por recursos e demandas, desenvolve estratégias “para mobilizar suportes, neutralizar e/ou transformar elites públicas em simpatizantes, e mudar metas” (Carlos, 2011, p. 155). Nessa perspectiva, desenvolve estratégias e táticas para mobilizar recursos e atingir seus objetivos (Carlos, 2011, p. 155). As ações da REDE impactam dentro e fora do território do Grande Bom Jardim, criando condições para que agentes populares participem da produção social do espaço urbano através de lutas como: as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); as que resultaram na constituição do Parque Lagoa da Viúva; as relacionadas à revitalização do Rio Maranguapinho; as que permitiram a implantação do Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ); e as de enfrentamento às múltiplas violências, particularmente as que atingem mulheres, crianças, adolescentes e jovens no território.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Projeto Diálogos Urbanos, na pessoa do professor Eduardo Gomes Machado que se empenhou na orientação dos discentes acerca de nos apresentar a atividade de pesquisa como forma de ampliar nossos conhecimentos garantindo-nos um intercâmbio entre a comunidade acadêmica e a sabedoria popular. Agradecemos também as parcerias firmadas com entre o Grupo Diálogos Urbanos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares e a Rede DLIS do GBJ, por todas as experiências e aprendizados compartilhados além do crescimento acadêmico obtido. Por fim agradecemos a Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e ao CNPq pelo fomento à pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Adriano Paulino de. **(Grande) Bom Jardim: Reterritorialização e Política de Representação à Luz da Nova Pragmática**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada. Fortaleza, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

REDE de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim. **Política De Desenvolvimento Sustentável Do Grande Bom Jardim 2005-2025**. Fortaleza, 2016.

THIOLLENT, Michel Jean-Marie. (Org.). **Metodologia para projetos de extensão: apresentação e discussão**. 1ed.São Carlos: Cubo Multimídia, 2008, v. 1, p. 323-335.